



**ACÓRDÃO Nº983/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11552/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo – EMTU.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Euler Carlos de Souza Cordeiro (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5851.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4229/2022-MPC/GPG, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - EMTU. Exercício de 2019.

*Irregularidade. Alcance. Multa. Recomendação. Determinação. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Empresa Municipal de Transportes Urbanos-EMTU de Presidente Figueiredo, exercício de 2019, sob a responsabilidade do Sr. Euler Carlos de Souza Cordeiro, na condição de Gestor e Ordenador de Despesa, nos termos do art. 22, III, e 25 da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 5º, II, e art. 188, §1º, III, da Resolução nº 04/2002- TCE/AM, pelos motivos expostos no Relatório/Voto;
- 10.2. **Considerar em Alcance** ao Sr. Euler Carlos de Souza Cordeiro no valor total de **R\$ 122.267,73** (cento e vinte e dois mil duzentos e sessenta e sete mil reais e setenta e três centavos), com devolução aos cofres públicos corrigidos nos moldes dos arts. 304 e 305 da Resolução nº 04/2002- Regimento Interno do TCE/AM, e fixar prazo de **30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, na esfera Municipal para o órgão Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - EMTU,



**ACÓRDÃO Nº983/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

devido às restrições não sanadas abaixo discriminadas:

- Divergência detectada entre valores entre os demonstrativos de despesas e os débitos registrados no extrato bancário – R\$ 25.937,07 (restrição 6)
  - Não comprovação de gastos com diárias - R\$ 11.650,00 (restrição 13);
  - Não comprovação de liquidação e pagamentos de despesas - R\$ 52.912,66 (restrição 14);
  - Não apresentação de documentação de procedimentos licitatórios – R\$ 31.308,00 (restrição 15);
  - Não justificar aquisição de determinado objeto, sendo que tal modelo de veículo não pertence a frota do órgão – R\$ 730,00 (restrição 16);
- Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizar, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

- 10.3. Aplicar multa ao Sr. Euler Carlos de Souza Cordeiro, no valor de R\$20.000,00** (vinte mil reais) pelos atos praticados com grave infração às normas legais ou regulamentares de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, relativa às restrições 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17, não sanadas, conforme exposto no Relatório/Voto, na forma prevista no artigo 54, inciso VI, da Lei nº 2423/96, com redação alterada pela LC nº 204/20, c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei



**ACÓRDÃO Nº983/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Aplicar multa ao Sr. Euler Carlos de Souza Cordeiro**, no valor de **R\$3.413,80** (três mil quatrocentos e treze reais e oitenta centavos) em razão da restrição 1, referente à remessa fora do prazo estabelecido no art. 15 da LC nº 06/91 c/c art. 20, II, LC nº 24/2000, ao Tribunal de Contas, dos balancetes mensais referentes aos meses de março e abril de 2019, no valor de R\$ 1.706,90 (mil setecentos e seis reais e oitenta centavos) para cada mês, nos termos do artigo 54, I, “a”, da Lei nº 2423/1996, alterado pela LC nº 204/2020, c/c art. 308, inciso I, “a”, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.5. Recomendar** à Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - EMTU:

**10.5.1.** A devida observância da legislação, sobretudo, quanto à remessa/apresentação tempestiva da documentação tratada nestes



**ACÓRDÃO Nº983/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

autos, em especial ao envio dos balancetes mensais a esta Corte de Contas;

**10.5.2.** Que observe com maior rigor as disposições da Lei de Licitações e Contratos;

**10.5.3.** Que implemente sistema eficaz e eficiente para controle de uso de combustível;

**10.5.4.** Proceder à realização de concurso público para sanear o quadro de pessoal, sob pena de reincidência, ficando o atual gestor ou outro que venha a assumir a direção do EMTU/PF, sujeitos as sanções previstas no art. 54, inciso IV, da Lei nº 2.423/93;

**10.5.5.** Que apresente Relatórios de Viagens e/ou outros documentos equivalentes comprovando o deslocamento dos servidores, bem como as atividades desenvolvidas, de modo a comprovar o nexa na concessão de diárias;

**10.6. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161, *caput*, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM, comunicando ao **Sr. Euler Carlos de Souza Cordeiro**, por intermédio de seu patrono, acerca do julgamento deste feito, encaminhando-lhe cópia deste Relatório/Voto e do sequente Acórdão;

**10.7. Arquivar** o presente processo, nos termos regimentais, após cumprimento integral da decisão.

**11- Ata:** 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 29 de maio de 2023.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros:Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**

Procuradora-Geral

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 5

**ACÓRDÃO Nº983/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**